

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 355
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

Tribunal de Contas do Distrito Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO N.º 5749/96

PARECER N.º 603/2002

E M E N T A:

TCE no âmbito da TERRACAP. Irregularidades nas desapropriações de área da empresa Vale do Simental Agropecuária e de terrenos no Núcleo Rural Alexandre Gusmão. Inúmeras prorrogações de prazo. Decisão nº 6912/2001 (fl. 247): exigência de apresentação de justificativas e de remessa à Corte das respectivas TCEs. Inspeção na TERRACAP (fls. 281/284). O corpo técnico sugere a adoção de diversas medidas, inclusive a instauração de nova TCE e o saneamento de outra. O MP, com adendos, acolhe a sugestão.

Versam os autos acerca de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, a fim de apurar possíveis prejuízos e respectivas responsabilidades na desapropriação de área da empresa Vale do Simental Agropecuária Ltda (Processo nº 111.000.397/94) e de terrenos no Núcleo Rural Alexandre de Gusmão, pertencentes a Takeo Ikeda e outros (Processo nº 030.006.539/90).

2. Preliminarmente, torna-se oportuno fazer um breve histórico do processo sob exame.

3. A presente TCE foi instaurada por ato do Secretário de Obras Substituto, em 19/07/96, para apurar os fatos constantes do Processo nº 111.000.397/94. Logo após, novo ato foi editado para substituição do Presidente da Comissão e inclusão do Processo nº 030.006.539/90 nas apurações.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 356
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

4. Procedeu-se a nova substituição na Presidência da Comissão e aconteceu a primeira prorrogação de prazo para remessa da referida TCE, Decisão nº 11.016/96 - fl. 20, de 10/12/96.
5. Juntou-se aos autos cópia do Relatório do Departamento de Auditoria da Administração Indireta e das Fundações da Subsecretaria de Auditoria da SEFP (fls. 36/49), com data de 30/04/97, cuja conclusão foi no sentido de que os documentos presentes nos autos eram insuficientes para uma completa análise dos fatos; inexistiam peças básicas exigidas no RITCDF; o relatório da Comissão de TCE não era conclusivo. Assim, foi sugerido o retorno dos autos à entidade de origem, a fim de satisfazer um rol de informações necessárias ao pronunciamento de mérito.
6. Foram concedidas novas prorrogações de prazo (Decisões nºs 3425/97, 4984/97, 5577/97, 7555/97).
7. Nova Comissão de Tomada de Contas Especial foi constituída para apuração dos fatos constantes dos Processos nºs 111.000.397/94 e 030.006.539/90 (fl. 75).
8. O TCDF proferiu a Decisão nº 2108/98, em 14/04/98, determinando a imediata remessa da TCE à Corte, via SEFP, e a apresentação de circunstanciadas justificativas sobre a demora verificada e do nome do responsável pela falha, com vistas à eventual aplicação de multa.
9. Outras prorrogações de prazo foram concedidas: Decisões nºs 4579/98, 7888/98 e 2285/99 (fls. 100, 115 e 131).
10. A nova Comissão de TCE apresentou o Relatório de fls. 144/147, sem data.
11. O Departamento de Auditoria da Administração Indireta e das Fundações da Subsecretaria de Auditoria da SEFP devolveu o relatório à TERRACAP, por considerar que as solicitações anteriormente feitas não tinham sido atendidas a contento (fl. 148 - 17/12/98).
12. O Controle Interno reiterou as exigências, como pode ser visto pelo documento de fls. 142/143, em 02/08/99.
13. Prorrogou-se, novamente, o prazo para remessa da TCE (Decisão 6929/99 - fl. 160). Dessa vez, até 07/10/99.
14. Juntou-se aos autos Ofício nº 364/00 do MPDFT (fl. 166), solicitando por empréstimo o Processo nº 1765/94, apenso ao presente, tendo em vista a existência de Inquérito Policial que trata da matéria (Denúncia formulada por advogado a respeito da suspeita de irregularidades na desapropriação de terras no Núcleo Rural Alexandre de Gusmão).

Ministério Público GAB. PROCURADORA CLÁUDIA FERNANDA Fl. n.º 357 Proc. n. 5749/96 Rubrica: <i>Patrícia</i>
--

15. O TCDF, por meio da Decisão nº 1522/2000 (fl. 171) determinou a restituição dos autos à 1ª Inspeção para que acompanhasse a chegada da TCE, levando em conta que nos autos do Processo nº 2715/97 foi determinado à SEFP que, de acordo com a capacidade operacional do órgão, elaborasse um cronograma de trabalho com o fito de equacionar todos os processos de TCE que se encontravam ali pendentes de solução, sem comprometer a tempestividade das demais apurações que porventura viessem a surgir.

16. Por solicitação desta procuradora (fl. 172), juntou-se aos autos o Parecer nº 183/99 - GAB - Procuradoria Geral do DF, de 03/09/99, acerca da TCE tratada nos presentes autos.

17. No referido parecer, o Procurador do DF concluiu que os autos deveriam retornar à autoridade instauradora para instituir nova comissão de tomada de contas especial, via novel ato de designação, facultada a indicação dos antigos ou de novos membros, para adoção das providências requisitadas pela SEFP.

18. Em 26/09/2000, por força da Decisão nº 7252/2000, o Tribunal determinou à TERRACAP que concluísse, em 30 dias, os trabalhos de sua alçada, referente à TCE sob exame.

19. A Decisão nº 4227, de 21/06/2001 (fl. 216), considerou parcialmente cumprida a decisão precedente e determinou: 1º) à TERRACAP que, no prazo de 30 dias, remetesse ao Tribunal, via SEFP, a TCE de que trata o Processo nº 030.006.539/90, alertando-a para a possibilidade de aplicação de multa; 2º) à Secretaria de Assuntos Fundiários que, em igual prazo, remetesse, também via SEFP, a TCE que trata do Processo nº 111.000.397/94, que lhe fora encaminhada pela TERRACAP.

20. Aos autos também foi juntado o Aviso nº 177/CGU-PR (fl. 220), da Corregedora-Geral da União, informando que naquele órgão foi autuado processo, a partir de denúncia formulada por Deputado Distrital, onde constam referências sobre supostas irregularidades, que podem configurar atos de improbidade e outros ilícitos, que teriam sido praticados por dirigentes da TERRACAP. Assim, foi solicitado ao TCDF cópia de documentos acerca de procedimentos instaurados na Corte para apurar a grilagem de terras públicas e as desapropriações com dano de imóveis públicos em pagamento.

21. A propósito, não consta do presente processo o teor da resposta dada à CGU. Tendo em vista a gravidade dos fatos narrados na denúncia encaminhada à Corregedora-Geral da União, este órgão entende que a Corte deve determinar à 3ª Inspeção que elabore demonstrativo onde conste todos os casos citados pelo Deputado Distrital, especificando se há processo autuado no TCDF que trate de cada matéria. Além disso, caso exista algum fato que não esteja sendo apurado pelo Tribunal, deve haver, desde já, autorização para autuação de processo e demais providências cabíveis.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 358
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

22. A última decisão dos presentes autos, a de nº 6912, de 18/10/2001, foi proferida nos seguintes termos:

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias, decidiu determinar: a) ao Presidente da TERRACAP que remeta a esta Corte: a.1) circunstanciadas justificativas em razão do atendimento parcial da Decisão n.º 7.252/2000, reiterada pela de n.º 4.227/2001; a.2) por intermédio da Secretaria de Fazenda e Planejamento a TCE de que trata o Processo n.º 030.006.539/90; b) à Secretaria de Assuntos Fundiários que encaminhe a este Tribunal por intermédio da Secretaria de Fazenda e Planejamento a TCE de que cuida o Processo n.º 111.000.397/94, que lhe fora encaminhada, em 16/09/99, pela TERRACAP, tendo em vista o disposto no art. 4º, §1º, da Resolução TCDF n.º 102/98.

23. Finalmente, após a apresentação das justificativas de fls. 250/253 e juntada de outros documentos (inclusive ato que constituiu Comissão Especial de Trabalho - fls. 276/277 - 07/12/2001, com acompanhamento de membros de diversos órgãos, com o fim de apurar os fatos contidos no Relatório Final do Grupo Especial de Trabalho instituído pela CGU), sem, todavia, ter ocorrido a remessa da TCE, o TCDF designou um AFCE para realizar inspeção com o objetivo de averiguar matéria necessária à instrução do presente processo.

24. Juntou-se, assim, por cópia, a documentação de fls. 285/342 e foi elaborada a Instrução de fls. 343/352.

25. O corpo técnico, inicialmente, esclarece quais são os processos apensos ao presente (7436/91, 1765/94 e 5429/95) e as respectivas matérias tratadas.

26. Num segundo momento, analisa o cumprimento da Decisão nº 6912/01.

27. Com relação às justificativas do Presidente da TERRACAP, registra:

12. Observamos às fls. 74, que a então Secretaria de Obras havia instaurado TCE para averiguar apenas os fatos constantes no Processo nº 111.000.397/94-8, via Portaria nº 69/97. Contudo, esse instrumento sofreu alterações pelas de nºs 70/97 e 79/97. Esta última incluiu no objeto das investigações os autos de nº 030.006.539/90-6 (fls. 74/80).

13. Todavia, sobre este a comissão de tomada de contas especial nada relatou (fls. 144/147). Ademais, as manifestações do Controle Interno para solicitar prorrogações de prazo e informar acerca da tramitação da TCE fazem referência apenas ao Processo nº 111.000.397/94-8. Desse modo, cremos que os trabalhos efetuados pela CTCE mostraram-se incompletos em relação ao objeto especificado na Portaria nº 79/97 da Secretaria de Obras.

14. Também, visto que a iniciativa para instaurar a tomada de contas especial partiu da pasta em que se vinculava a Companhia Imobiliária

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 359
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

de Brasília, competia àquele órgão acompanhar a evolução dos trabalhos. Não é demais dizer que, via de regra, a CTCE reporta-se à autoridade que a instituiu (fls. 105/106). Outrossim, a peça de fls. 195 possui a informação de que apenas o Processo nº 111.000.397/94-8 tinha sido remetido à TERRACAP para que esta prestasse os esclarecimentos necessários.

15. Portanto, não há porque solicitar a essa Empresa Pública o envio, por intermédio da Secretaria de Fazenda e Planejamento, da TCE de que cuida o Processo nº 030.006.539/90-6. Tal procedimento caberia, atualmente, à Secretaria de Assuntos Fundiários, caso os fatos contidos nos referidos autos tivessem sido devidamente apurados.

16. Assim, em que pese as justificativas do Presidente da TERRACAP não estarem integralmente pertinentes, sugerimos ao egrégio Plenário considerá-las satisfatórias.

17. Cabe dizer, ainda, que o atual Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília propôs o arquivamento do multicitado Processo, em virtude do teor da conclusão da comissão de sindicância, instituída pela Portaria nº 620/95 - PRESI (fls. 251):

"(...) não há responsabilidade funcional a ser apurada, tendo em vista que os acordos e pagamentos efetivados no processo expropriatório do Senhor TAKEO IKEDA E OUTROS foram feitos com base em Laudo do Perito do Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, devidamente HOMOLOGADO pelo Juiz de Direito, cujo valor e laudo foram mantido em todas as instâncias percorridas até o momento." (fls. 270/271)

18. Contudo, esta Corte não questiona a importância da indenização, mas as irregularidades constatadas em procedimentos de auditoria efetuados pelo corpo técnico, a saber (fls. 480/481 do Processo nº 1765/94 - apenso):

- a) ocorrência de prejuízo decorrente do período que mediou a data de avaliação dos terrenos de propriedade da TERRACAP (10.01.92) e a data de atualização da avaliação do imóvel desapropriado, até 01.02.92;
- b) concessão de 8% de desconto sobre o preço de avaliação dos imóveis dados em pagamento;
- c) ressarcimento por valores inferiores aos pactuados na escritura pública;
- d) danos derivados da invasão e posse irregular das terras desapropriadas.

19. Portanto, não procede o argumento do Presidente daquela Entidade para arquivamento dos mencionados autos. Ademais, uma vez que as apurações pertinentes não se realizaram segundo o teor da Portaria nº 79/97 da Secretaria de Obras (fls. 75), órgão ao qual se vinculava a TERRACAP à época, sugerimos ao Tribunal que determine à Secretaria de Assuntos Fundiários constituir nova comissão para realizar as apurações sobre os fatos constantes no Processo nº 030.006.539/90-6, em especial, aqueles relatados no parágrafo anterior

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 360
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

desta instrução. Também, propomos que a Corte autorize a desapensação do Processo nº 1765/94 para acompanhamento da TCE em tela.

28. Assim, considera prejudicada a determinação de remessa do Processo nº 030.006.539/90.

29. Já no tocante à remessa da TCE referente ao Processo nº 111.000.397/94, assevera:

Segundo o item "b" da Decisão nº 6912/01, esta Casa ordenou à Secretaria de Assuntos Fundiários que lhe encaminhasse, via SEFP, a tomada de contas especial de que cuida o Processo nº 111.000.397/94-8 no prazo de 60 dias. Contudo, aquela Pasta nada manifestou sobre o assunto. Em vista disso, sugerimos à Corte que autorize a audiência do respectivo secretário, senhor Odilon Aires Cavalcante, para que ele apresente as razões de justificativas que tiver em sua defesa por sua omissão reiterada no atendimento de determinações do Tribunal (item "b" das Decisões nºs 4227/01 e 6912/01), uma vez que poderá sofrer a sanção estabelecida no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94 c/c inciso VII do art. 182 do RI/TCDF.

30. Entre os processos apensos, destaca o de nº 7436/91, onde se examinava a concessão do redutor de 8% sobre os imóveis dados em pagamento e que foi apensado a este na esperança de que a matéria fosse aqui discutida. No entanto, tendo em vista que a questão não foi examinada da forma esperada e que a Corte já deliberou sobre a irregularidade dessa prática em outros processos, sugere que se ordene à TERRACAP a instauração de TCE para apurar as responsabilidades pelos danos causados por tal procedimento no Processo nº 030.025.205/79, cujo valor atualizado representa R\$ 163.534,45, sem prejuízo de autorizar a desapensação do Processo nº 7436/91, para acompanhamento da referida TCE.

31. O AFCE desenvolve um tópico relativo à inobservância dos prazos durante a fase interna da TCE, que merece ser trazido à colação:

...Em que pese as dificuldades decorrentes de mudanças na estrutura organizacional da Administração Pública, não se pode admitir tamanha demora na apuração dos fatos, ainda na fase interna. A tomada de contas especial foi instaurada em 1997, via Portaria nº 79 da Secretaria de Obras, para investigação dos acontecimentos relatados nos Processos nºs 111.000.397/94-8 e 030.006.536/90-6. Sobre este a comissão nada manifestou. Com referência àquele não se observou a conclusão do ciclo do controle interno.

25. A fim de aclarar a situação, realizamos inspeção na TERRACAP, conforme documentos de fls. 280/284, ocasião em que obtivemos a documentação de fls. 285/341.

26. Da análise das peças em comento, verificamos que o Processo nº 111.000.397/94-8 foi objeto de várias comissões, sendo, pelo menos, duas de TCE, para apurar as irregularidades nele relatadas (fls.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 361
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

285/320). Contudo nenhuma delas concluiu o ciclo do Controle Interno, pois não atenderam as exigências do Órgão competente. A última manifestação observada nesses autos, até o momento, corresponde ao Parecer nº 183/99 - GAB/PRG, de lavra do Procurador do Distrito Federal, dr. Antônio Carlos Alencar Carvalho. Tal expediente, aprovado pelo Procurador-Geral, dr. Miguel Ângelo Farage de Carvalho, em 15.09.99 (fls. 321/340), propôs **"à autoridade instauradora instituir nova comissão de tomada de contas especial, via novel ato de designação, facultada a indicação dos antigos ou de novos membros, para que adotem as providências requisitadas pela Secretaria de Fazenda às fls. 614 e 631/632 e para que se produzam as imperiosas provas oral, pericial e documental pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo da observância dos preceitos da Resolução 102/98 - TCDF, notadamente os ditames do art. 3º e dos incisos I, III, IV e V do art. 5º do ato normativo, além das ponderações firmadas neste parecer."**

27. Desse modo, a TERRACAP encaminhou os autos para a Secretaria de Assuntos Fundiários para adoção das providências necessárias (fls. 341). Porém, nada mais acrescentou-se ao Processo, que se encontra sob exame da comissão instituída pela Portaria Conjunta nº 1/2001 (fls. 276/277).

28. Vale dizer que o longo tempo transcorrido desde a ocorrência dos fatos prejudica a investigação e a oportunidade de defesa dos acusados. Também, eleva o custo do controle. Isso aumenta os encargos da sociedade com tal atividade, cujos resultados podem apresentar-se insatisfatórios.

29. Assim, diante dessas circunstâncias e com fulcro no art. 1º, inciso XII, da Lei Complementar nº 1/94, propomos à Corte que represente ao Poder Executivo sobre a inobservância das normas relativas ao processo de tomada de contas especial, estabelecida no RI/TCDF e na Resolução nº 102/98, em virtude da falta de conclusão da fase interna das TCEs em tela, após decorrido mais de cinco anos de sua instauração, para que tome as medidas necessárias com vistas a evitar situações semelhantes. Também, sugerimos ao Tribunal, se acolher as proposições para instauração das tomadas de contas especiais indicadas na instrução, solicite aos Jurisdicionados priorizar as apurações pertinentes. Por fim, propomos à Corte ordenar à Secretaria de Assuntos Fundiários que tome as medidas suficientes para sanar a tomada de contas especial de que trata o Processo nº 111.000.397/94-8, de acordo com o Parecer nº 183/99 - GAB/PRG, e encaminhe-o ao Controle Interno.

32. O Processo nº 1765/94, apenso a este, que revelou a invasão e posse irregular de terras desapropriadas, também mereceu análise mais detida, culminando com sugestão no sentido de se realizar inspeção, nos seguintes termos:

....A fiscalização do Tribunal efetuada no Processo nº 1765/94 revelou a invasão e posse irregular de terras desapropriadas. Esses eventos colocam sob suspeita a declaração de utilidade pública e de urgência,

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 362
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

constante no Decreto nº 13.089/91 (fls. 56). Não é demais dizer que casos parecidos foram verificados em outros autos desta Casa, como, por exemplo, no de nº 2061/96.

31. Em virtude daquela ocorrência, o Tribunal exarou a Decisão nº 6054/97, cujo item III-a autorizou, entre outras deliberações, esta ICE a avaliar a questão relativa à invasão de terras públicas (fls. 617*). A instrução do corpo técnico subsequente (fls. 629/630*) consignou que por ocasião do recebimento da TCE seria analisado o requerido.

32. Tendo o Relator concordado com a instrução (fls. 632/633*), foi lavrada a Decisão nº 1561/98 (fls. 634*), restituindo os autos a esta ICE para cumprimento do então requerido (vide item III).

33. Como já relatado, a respectiva TCE ainda não ingressou nesta Corte. Entretanto, além de a questão da invasão de terras públicas não ser objeto da TCE, não a consideramos o meio adequado para se realizar a devida verificação.

34. Cabe acrescentar, também, que medidas para proteção do patrimônio da TERRACAP devem ter sido elaboradas em função da Lei nº 1.629/97. Essa norma, elaborada em razão dos resultados da "CPI da Grilagem", dispõe sobre providências para a defesa do patrimônio da Empresa Pública, as quais deveriam ter sido iniciadas no prazo de 90 dias de sua publicação (art. 6º c/c art. 7º da Lei).

35. Assim, em função da relevância do assunto, revelada pela manifestação da Corte no Processo nº 1765/94 e pelo referido diploma legal, cremos pertinente propor inspeção para examinar as eventuais providências adotadas pela Empresa em cumprimento ao referido diploma legal, bem como averiguar a situação atual das terras expropriadas que haviam sido invadidas relatadas nesta instrução.

33. A conclusão apresentada é a seguinte:

37. Verificamos que o objeto para investigação estabelecido na Portaria nº 79/97 deixou de ser completamente atendido. Não houve manifestação acerca do Processo nº 030.006.536/90-6. Assim, não tinha como a TERRACAP cumprir o determinado pelo item "a.2" da Decisão nº 6912/01. Também, a TCE de que trata o Processo nº 111.000.397/94-8 ainda carece completar a fase interna.

38. Quanto à Secretaria de Assuntos Fundiários, não houve manifestação sobre o item "b" dessa deliberação.

39. Cabe, também, destacar que o motivo pelo qual o Processo nº 7436/91 foi apensado a este não se sustenta mais, pois a Corte já deliberou em diversas ocasiões pela impropriedade de conceder o desconto de 8% em terrenos oferecidos em dação de pagamento.

34. Nesse sentido, é sugerido ao Tribunal que:

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 363
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

I) tome conhecimento desta instrução e dos documentos acostados às fls. 250/279 e fls. 285/341;

II) considere, em relação à Decisão nº 6912/01:

a) satisfatórias as alegações do Presidente da TERRACAP, prestadas em atendimento ao item "a.1";

b) prejudicado o cumprimento do item "a.2", visto a ausência de apuração dos fatos constantes no Processo nº 030.006.539/90-6 pela comissão instituída por meio da Portaria nº 79/97 da SO;

c) não atendido o item "b", em função da falta de manifestação da Secretaria de Assuntos Fundiários;

III) determine:

a) à Companhia Imobiliária de Brasília que instaure tomada de contas especial para apurar as responsabilidades pelos danos causados à Empresa, constatados no Processos nº 030.025.205/79-1, em função da aplicação do redutor de 8% ao terreno dado em pagamento;

b) à Secretaria de Assuntos Fundiários que:

1) constitua comissão de TCE, devido à falta de cumprimento pleno da Portaria nº 79/97 da Secretaria de Obras (fls. 75), órgão ao qual se vinculava a TERRACAP à época, para apurar os fatos constantes no Processo nº 030.006.539/90-6, em virtude de:

i) ocorrência de prejuízo decorrente do período que mediou a data de avaliação dos terrenos de propriedade da TERRACAP (10.01.92) e a data de atualização da avaliação do imóvel desapropriado, até 01.02.92;

ii) concessão de 8% de desconto sobre o preço de avaliação dos imóveis dados em pagamento;

iii) ressarcimento por valores inferiores aos pactuados na escritura pública;

iv) danos derivados da invasão e posse irregular das terras desapropriadas;

2) adote as providências necessárias ao saneamento da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 111.000.387/94-8, conforme propõe o Parecer nº 183/99 - GAB/PRG, e encaminhe-o, no prazo de 90 (noventa) dias, à Secretaria de Fazenda e Planejamento;

c) aos Jurisdicionados mencionados nos subitens anteriores para que informem esse Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as medidas tomadas com vistas ao atendimento das respectivas determinações;

IV) solicite às Jurisdicionadas mencionadas no item anterior que dêem prioridade no cumprimento da referida determinação, uma vez que o fatos geradores ocorreram a mais de cinco anos;

V) represente ao Poder Executivo, com fulcro no art. 1º, inciso XII, da Lei Complementar nº 1/94, sobre a inobservância das normas

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 364
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

relativas ao processo de tomada de contas especial, estabelecida no RI/TCDF e na Resolução nº 102/98, em virtude da falta de conclusão da fase interna das TCEs de que tratam os Processos nºs 030.006.539/90-6 e 111.000.397/94-8, após decorrido mais de cinco anos de sua instauração, para que tome as medidas necessárias com vistas a evitar situações semelhantes;

VI) autorize:

a) a audiência do nominado no parágrafo 21 desta instrução para que ele apresente as razões de justificativas que tiver em sua defesa por sua omissão reiterada no atendimento de determinações do Tribunal (item "b" das Decisões nºs 4227/01 e 6912/01), uma vez que poderá sofrer a sanção estabelecida no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94;

b) a desapensação dos Processo nºs 7436/91 e 1765/94 para efetivar o acompanhamento individual das TCEs de que tratam os Processo nºs 030.025.205/79-1 e 030.006.539/90-6, respectivamente, conforme subitens anteriores;

c) a realização de inspeção para verificar as providências adotadas pela Empresa em cumprimento à Lei nº 1.629/97, bem como averiguar a situação atual das terras expropriadas que haviam sido invadidas relatadas nesta instrução;

d) a abertura de autos apartados para acompanhamento da inspeção indicada no item anterior;

e) o retorno dos autos a esta Inspetoria para as providências necessárias ao cumprimento da decisão.

35. Pelo histórico do processo feito neste parecer, o que se observa é o completo descaso da jurisdicionada com o processo de Tomada de Contas Especial. A primeira Comissão foi instaurada em julho de 1996 e até hoje, seis anos após, não há um relatório conclusivo acerca da existência ou não de prejuízo ao erário, tampouco dos possíveis responsáveis, caso haja, pelo dano sofrido.

36. E é inegável que prejuízos existiram.

37. A esse respeito, é a apuração do Tribunal de Contas da União:

"8.1 O trecho do relatório revela que o Conselho de Administração autorizou o negócio, e que o valor pago foi mais de 100% superior ao apurado no segundo laudo de avaliação. Além disso, cabe destacar que os representantes da União em dito conselho, em julho de 1994, ocasião da autorização e da realização do negócio, eram os Srs. Antonio Corradi e Nelson Luiz de Andrade Correa, conforme atas de fls. 20/37 e documentos de fls. 430/431, todas do vol. 2.

...

b) promova, com base no disposto nos arts. 10 e 11 da Lei nº 8.443/92, e por intermédio da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, a audiência dos responsáveis abaixo elencados, para que

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 365
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

apresentem razões de justificativa no prazo regimental tendo em vista a ocorrência dos seguintes fatos:

b.1) os Srs. Antonio Corradi e Nelson Luiz de Andrade Correa, representantes da União no Conselho de Administração da Companhia Imobiliária de Brasília- TERRACAP, no período de 10.06.94 a 14.04.98:

I) pela omissão no processo de desapropriação da área Vale do Simental Agropecuária Ltda., ocorrido no período de julho a novembro de 1994 (Processo TERRACAP nº 111.000.397/94-8), pelo preço de R\$ 3.616.641,06 (três milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e um reais e seis centavos), valor mais de 100% superior à avaliação da mesma área realizada em 1995, que resultou na importância de R\$ 1,567 milhões (Portaria nº 317/95 da TERRACAP), ante as competências de que trata o art. 21, incisos II e X, do Estatuto da TERRACAP (15ª edição), c/c o art. 6º, do mesmo estatuto; ..." (Processo nº 5429/95)

38.
Rollemberg:

Em sentido semelhante é a denúncia do Deputado Rodrigo

"2.1 - DA DESAPROPRIAÇÃO DO LOTE DE TERRENO Nº 5, DO SETOR DE POSTOS E MOTÉIS NORTE E DO AJUSTE ENVOLVENDO A DAÇÃO DE IMÓVEIS EM PAGAMENTO

Pelo Decreto nº 20.241, de 13 de maio de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 14 de maio de 1999, o Governador Joaquim Roriz declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o lote de terreno nº 5, do Setor de Postos e Motéis Norte - SP/Norte. **(doc. 01).**

Segundo o artigo 2º do referido Decreto coube 'à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, na forma do art. 3º, VI, da Lei nº 5.861/72, promover, com recursos próprios, a desapropriação de que trata o presente Decreto'.

O imóvel medindo 10.000m², pertencia a Posto do Park Derivados de Petróleo Ltda, que tem como sócios Marcos Pereira Lombardi e Luciana Montanaro Lombardi, em compra feita à empresa Vale do Simental Agropecuária Ltda., pelo preço de **R\$ 400.000**, em 24.2.95, conforme escritura pública lavrada às fls. 54/5, do Livro 1352, do Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, segundo o R-3, na matrícula 56950, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal. **(doc. 02)**

Ajuizada a ação de desapropriação nº 2.699-8/99, distribuída à 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, as partes resolveram por fim a demanda, mediante concessões recíprocas, segundo consta, observando para tanto o Laudo de Avaliação nº 2347/99, utilizado para instruir a referida ação e que apurou como valor indenizatório a importância de **R\$ 3.600.000,00** (três milhões e seiscentos mil reais).

Alegando não ser possível solver o débito em moeda corrente, a Terracap resolveu, então, por decisões de sua Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, em suas 1969ª e 1472ª sessões, datadas de 4.8.99 e 13.8.99, respectivamente, realizar dação em pagamento do valor de **R\$ 3.591.800,00** (três milhões, quinhentos e noventa e um mil e

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 366
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

oitocentos reais), mediante a transferência dos seguintes imóveis de sua propriedade, segundo o que consta da escritura pública de 3.11.99, lavrada às fls. 133/6, do Livro 0181, do Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga-DF:

- a) lote nº 6 (destinado a posto de abastecimento de combustível, lavagem e lubrificação), do conjunto 2, da quadra 10, do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA - Guará - RA-X-DF, com a área de 6.000m², conforme o R-1, na matrícula 18420, do Livro 2, de Registro Geral, do Cartório do 4º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, tendo sido atribuído ao referido imóvel o valor de **R\$ 2.423.000,00** (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil reais);
- b) lote nº 1, do conjunto A, da quadra 01, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte - Taguatinga - RA-III-DF, com a área de 14.420,02m², conforme o R-3, na matrícula 152508, de 14.5.96, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal e acréscimo de loteamento constante da Av-1 na matrícula 152509 do referido registro imobiliário, tendo sido atribuído ao referido imóvel o valor de **R\$ 944.000,00** (novecentos e quarenta e quatro mil reais);
- c) lote nº 7, do conjunto A, da quadra 01, do Centro Metropolitano - Taguatinga - RA-III-DF, com a área de 1.187,50m², conforme o R-1, na matrícula 154611, de 25.3.97, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal e memorial de loteamento constante da Av -1 na matrícula 154619 do referido registro imobiliário, tendo sido atribuído ao referido imóvel o valor de **R\$ 120.700,00** (cento e vinte mil e setecentos reais);
- d) lote nº 5, do conjunto A, da quadra 01, do Centro Metropolitano - Taguatinga - RA-III-DF, com a área de 1.200 m², conforme o R-1, na matrícula 154611, de 25.3.97, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal e memorial de loteamento constante da Av.-1 na matrícula 154617 do referido registro imobiliário, tendo sido atribuído ao referido imóvel o valor de **R\$ 104.100,00** (cento e quatro mil e cem reais) (**doc. 03**). Informações de Corretores de Imóveis indicam que os lotes citados nas alíneas 'c' e 'd', com destinação para posto de gasolina, valem no mercado imobiliário mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A quantia restante, no valor de **R\$ 8.200,00** (oito mil e duzentos reais), seria paga pela Terracap em uma parcela, com vencimento para o 10º dia útil após o trânsito em julgado da sentença que homologou o termo de transação celebrado entre as partes, segundo o que ficou estabelecido no Processo Administrativo nº 030.001179/99.

Registre-se que não obstante a escritura pública de dação em pagamento lavrada às fls. 133/6, do Livro 0181, do Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga-DF, ter noticiado a avaliação de cada um dos dois últimos lotes de terreno para fins fiscais em **R\$ 136.050,00** (cento e trinta e seis mil e cinquenta reais), a Terracap concordou com a

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 367
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

dação em pagamento dos referidos imóveis pela avaliação respectiva de apenas **R\$ 120.700,00 e R\$ 104.100,00**.

Não obstante ter sido atribuído ao lote nº 5, do conjunto A, da quadra 01, do Centro Metropolitano - Taguatinga - RA-III-DF a importância de **R\$ 104.100,00** a título de dação em pagamento, segundo o que consta da escritura pública lavrada às fls. 133/6, do Livro 0181, do Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga-DF, o R-2, na matrícula 154617, de 13.12.99, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, registrou **R\$ 120.700,00** como sendo o valor da referida transação.

Registre-se que antes de sua aquisição pelo Posto do Park Derivados de Petróleo Ltda., pelo preço de **R\$ 400.000**, em 24.2.95, conforme escritura pública lavrada às fls. 54/5, do Livro 1352, do Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, segundo o R-3, na matrícula 56950, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, o lote de terreno nº 5, do Setor de Postos e Motéis Norte - SP/Norte havia sido adquirido antes pela empresa Vale do Simental Agropecuária Ltda. junto à própria Terracap, mediante dação em pagamento, em 01/12/94, pelo valor de **R\$ 409.998,00** (quatrocentos e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), conforme escritura pública lavrada às fls. 78, do Livro 1344, do Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, segundo o R-2, na matrícula 56950, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Ou seja, pelo mesmo imóvel que a Terracap antes oferecera em dação em pagamento pelo valor de **R\$ 409.998,00**, em 01/12/94, posteriormente, em 03/11/99, viria a concordar com a sua desapropriação pelo valor de **R\$ 3.600.000,00!**

Por outro lado, verifica-se que sobre o lote nº 1, do conjunto A, da quadra 01, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte - Taguatinga - RA-III-DF, com a área de 14.420,02 m2, será edificado prédio com 03 (três) unidades autônomas, de conformidade com o alvará de construção nº 115/00, de 28.4.2000, emitido pela Administração Regional de Taguatinga-DF, remanescendo a área de 11.404.290m2, segundo o que consta do R-3, na matrícula 152509, de 10.8.00, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.**(doc. 04)**

Essa área remanescente foi adquirida por Carlos Augusto Teixeira, em 6.9.2000, pelo preço de **R\$ 1.000.000** (um milhão de reais), conforme escritura pública lavrada às fls. 84/5, do Livro 2164-E, re-ratificada por outra de 5.10.2000, fl. 36, do Livro 2177-E, ambas do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, o R-5, na matrícula 152509, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Na mesma data, 6.9.2000, Carlos Augusto Teixeira vendeu a referida área remanescente para JJPA - Empreendimentos e Participações Ltda., pelo preço de **R\$ 2.500.000** (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme escritura pública lavrada às fls. 88/9, do Livro 2164-E, re-ratificada por outra de 5.10.2000, fl. 38, do Livro 2177-E, ambas do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, segundo o R-6, na matrícula 152509, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 368
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

Esse imóvel posteriormente seria dado em hipoteca de 1º grau sem concorrência de terceiros aos Supermercados Planaltão S.A., pelo valor de **R\$ 1.000.000,00** (hum milhão de reais), conforme escritura pública de 30.1.2001, lavrada às fls. 192/94, do Livro 2207-E, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, segundo o R-8, na matrícula 152509, do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

O que importa, na espécie, é que o mesmo lote nº 1, do conjunto A, da quadra 01, do Setor de Desenvolvimento Econômico M/Norte - Taguatinga - RA-III-DF, com a área de 14.420,02m², que a Terracap antes oferecera em dação em pagamento pelo valor de **R\$ 944.000,00**, em 3.11.99, posteriormente, em 6.9.2000, teve simples remanescente de sua área, mais precisamente 11.404,290 m², alienado pelo valor de **R\$ 2.500.000,00!**

3- Fatos Denunciados Anteriormente e Objeto de Investigação nos AUTOS DA NOTÍCIA CRIME Nº 175 QUE TRAMITA JUNTO AO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os casos citados a seguir já foram objeto de representação ao Ministério Público Federal e hoje são investigados pelo c. Superior Tribunal de Justiça nos autos da Notícia-Crime nº 175, oferecida pelo Parquet Federal contra o Governador Joaquim Domingos Roriz.

Da mesma forma que os processos de desapropriação e os ajustes de dação de imóveis em pagamento citados acima, os casos a seguir relatados também revelam fortes indícios de que agentes públicos, em detrimento de seus deveres e obrigações, foram omissos ou até mesmo coniventes no que diz respeito aos graves prejuízos sofridos pelo erário.

3.1 - Desapropriação de imóvel da Vale do Simental Agropecuária Ltda. (Processo Terracap nº 111.000.397/94-8)

Em 27 de janeiro de 1994, mediante correspondência encaminhada ao então presidente da Terracap, Humberto Ludovico Almeida Filho, o particular Wilfrido Augusto Marques propôs a venda, mediante processo desapropriatório, de sua propriedade Vale do Simental Agropecuária Ltda., com área de 338,9800 hectares (**doc. 05**)

Em 25 de março de 1994, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o Decreto nº 15.532, do Sr. Governador Joaquim Roriz, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel em tela (**doc. 06**).

Em 1º de junho de 1994, segundo o respectivo Laudo de Avaliação, a Terracap avaliou o imóvel em **R\$ 5.751.290,00** (cinco milhões e setecentos e cinquenta e um mil e duzentos e noventa reais) (**doc. 07**). No dia 03 de junho, mediante despacho, o então Diretor Comercial e, posteriormente, também Presidente da Terracap, Alexandre Gonçalves, inclusive pediu urgência na solução da ação expropriatória (**doc. 08**).

Em julho de 1994, o então Presidente da Terracap, Humberto Ludovico, em despacho para o Conselho de Administração, sugeriu o valor de **R\$ 6.556.470,60** (seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta centavos), isto é, 14% mais caros que o preço da avaliação, como contra-oferta ao valor de U\$ 10,000.000.00 (dez milhões de dólares americanos) proposto

Ministério Público GAB. PROCURADORA CLÁUDIA FERNANDA Fl. n.º 369 Proc. n. 5749/96 Rubrica: <i>Patrícia</i>
--

pelo proprietário do imóvel. O Conselho de Administração então autorizou a referida negociação, tendo como relator o próprio presidente da Terracap (**doc. 09**).

A contra-proposta foi aceita e a Terracap efetuou o pagamento em dinheiro, em 06 parcelas, sendo a última paga em 28/11/94, no valor de **R\$ 2.386.647,06** (dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos), acrescido da dação de 03 imóveis em pagamento, localizados no Setor de Postos e Motéis Norte, no valor de **R\$ 1.229.994,00** (hum milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais), perfazendo o valor total do pagamento efetuado de **R\$ 3.616.641,06** (três milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e um reais e seis centavos).

O então Diretor Comercial e, posteriormente, Presidente da Terracap, Alexandre Gonçalves, propôs um desconto de 8% sobre o valor constante nos Laudos de Avaliação dos 03 imóveis em comento, o que foi prontamente aceito pelo Sr. Humberto Ludovico, Presidente da Terracap á época (**doc. 10**). Tal prática, que se revelaria comum em outros processos de desapropriação, foi questionadas pelas Decisões nº 3145/97 (**doc. 11**) e nº 8970/98 (**doc. 12**) do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, que inclusive determinou a instauração de Tomada de Contas Especial para que se pudesse melhor investigar o referido redutor de 8% aplicado sobre o valor de avaliação dos imóveis dados em pagamento.

Vale lembrar que o processo de desapropriação em tela teve seu início a pedido do particular, no caso, o proprietário da Vale do Simental Agropecuária Ltda, sendo certo, ainda, que a tramitação do referido feito foi de apenas 07 (sete) meses, até a data de seu primeiro desembolso, em 09/09/94.

Em julho de 1995, mediante Comissão criada pela Portaria nº 317/95, com a atribuição de reexaminar os critérios adotados para a desapropriação em tela, foi elaborado um segundo Laudo de Avaliação pela Terracap, que então definiu o valor da área da Vale do Simental em **R\$ 1.568.785,00** (hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais) (**doc. 13**).

Em seu relatório final, a referida Comissão criada pela Portaria nº 317/95 registrou a existência de fortes indícios da prática de irregularidades ao longo de todo o processo de desapropriação do imóvel, especialmente no que diz respeito ao procedimento de avaliação da gleba (**doc. 14**), que, uma vez confirmados, não permitirão outra conclusão senão a de que a avaliação inicial foi superfaturada, com grande prejuízo para o erário.

3.2 - Desapropriação de área de terras com 102, 73,78 hectares, em setembro de 1994, situada na Fazenda Monjolos, em favor da Empresa Brasileira de Empreendimentos Imobiliários e Agropastoril Ltda - Mina, representada por seu diretor Carlos Henrique de Almeida.

No dia 1º de setembro de 1994, foi lavrada Escritura Pública de Dação em Pagamento entre a Terracap e a Empresa Brasileira de Empreendimentos Imobiliários e Agropastoril Ltda - MINA, no valor de **R\$ 5.343.976,32** (cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil,

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 370
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

novecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) no Cartório de 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília (**doc. 15**). Como indenização pela desapropriação da área em comento, a Terracap pagou à MINA o valor supra, sendo **R\$ 287.305,80** em dinheiro e **R\$ 5.056.670,52** por meio de trinta e três imóveis, entre lotes e projeções, em áreas nobres do Distrito Federal (**doc. 16**).

É simplesmente estarrecedor o montante que a Terracap pagou pela desapropriação da área, cujo valor alcançou a quantia de **R\$ 52.019,62** (cinquenta e dois mil, dezenove reais e sessenta e dois centavos) por hectare.

Pesquisa feita no jornal Correio Braziliense, nos dias 27/05/99 e 30/05/99, registra o valor do preço por hectare praticado no mercado à época, revelando que **o preço do hectare pago pela Terracap na desapropriação foi 50 (cinquenta) vezes mais caro que aquele praticado no mercado.** Ou seja, há fortes indícios da ocorrência de superfaturamento no processo de desapropriação.

As terras do Distrito Federal, bem com aquelas mais próximas, estão geralmente gravadas por benfeitorias, de maior ou menor valor. A prática corrente é vendê-las com as benfeitorias incorporadas ao preço total. Tanto arrendamentos, como compra e venda definitivas, têm um **preço real abaixo dos R\$ 1.000,00 por hectare**, dependendo da localização. Em comparação com as demais regiões do país, verifica-se, inclusive, ser este um preço elevado. Nos municípios de Unaí-MG e de Padre Bernardo-GO, por exemplo, caem abruptamente os preços dos imóveis por hectares (**doc. 17**).

Contudo, não fossem suficientes os fortes indícios de superfaturamento, também se verifica a possibilidade terem sido **subavaliados** os imóveis repassados pela Terracap à MINA a título de dação em pagamento, vez que saíram em média 30% mais baratos que os imóveis semelhantes arrematados mediante licitação pública no mesmo período. O edital de licitação nº 15/94 (**doc. 18**), bem como o aviso de homologação de resultado de licitação (**doc. 19**), todos da época, comprovam a eventual existência de irregularidade na prática de tais atos.

Os fortes indícios da existência de ilicitudes na negociação também resultam da eventual triangulação consubstanciada no repasse de 29 dos referidos imóveis à Encol S/A Engenharia, Comércio e Indústria, pelos mesmos valores fixados na dação, com apenas cinco dias, no entanto, entre a data da Escritura de Dação em Pagamento e a data da Escritura de Repasse dos lotes e projeções para a Encol (**doc. 20**).

3.3 - Desapropriação de área de terras com 33,96 hectares, em 30 de dezembro de 1994, situada na Fazenda Monjolos em favor da Empresa Brasileira de Empreendimentos Imobiliários e Agropastoril Ltda. - MINA, representada por seu diretor, Carlos Henrique de Almeida e outros 12 proprietários

Em mais de um processo de desapropriação em que figurou como parte a Terracap, a Empresa Brasileira de Empreendimentos Imobiliários e Agropastoril Ltda - MINA, por intermédio de seu Diretor, Carlos Henrique de Almeida, que também atuou em nome de mais outros doze proprietários, recebeu em pagamento a importância de R\$

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 371
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

2.259.063,18 (dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, sessenta e três reais e dezoito centavos), segundo o que consta da Escritura Pública de Dação em Pagamento, datada de 30 de dezembro de 1994 (último dia do Sr. Joaquim Roriz à frente do Governo do Distrito Federal).

Essa operação também foi realizada pela Terracap mediante dação em pagamento de 05 imóveis localizados em áreas nobres do DF. Nesse último caso, o valor por hectare desapropriado atingiu a quantia estratosférica de **R\$ 66.521,28** (sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos) (**doc. 21**).

Mais uma vez, verifica-se que existem fortes indícios da existência de irregularidades no processo de desapropriação, em decorrência do eventual superfaturamento excessivo no pagamento da indenização devida pela expropriação. Tudo estaria a acontecer, assim, às custas da dilapidação do patrimônio público, com a dação em pagamento a particulares dos melhores terrenos urbanos de Brasília, sem procedimento licitatório, com o agravante de a negociação ter sido realizada no último dia do primeiro mandato do Sr. Joaquim Roriz à frente do Governo do Distrito Federal.

No final, em decorrência dessas duas desapropriações noticiadas anteriormente, a TERRACAP pagou à MINA, por intermédio de seu Diretor, Carlos Henrique de Almeida, a importância de **R\$ 7.603.039,50** (sete milhões, seiscentos e três mil, trinta e nove reais e cinquenta centavos).

3.4 - Desapropriação de área de terras com 504,14 hectares, na Área Especial do Núcleo Rural Monjolos, por força de contrato de arrendamento nº 060/92, em favor da Empresa Só Frango Alimentos Ltda.

Mediante Escritura Pública de Dação em Pagamento entre a Terracap e a Só Frango Alimentos Ltda, também no último dia do primeiro mandato do Sr. Joaquim Roriz à frente do Governo do Distrito Federal, isto é, 30 de dezembro de 1994, aquela empresa pública estipulou o valor da indenização em **R\$ 8.895.946,76** (oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos) (**doc. 22**). Esse valor pago a título de indenização pela expropriação corresponde a **R\$ 17.646.48** por hectare.

O valor total de **R\$ 3.375.912,32** deveria ser pago em dinheiro, dividido em 03 parcelas iguais e consecutivas, na importância de R\$ 1.125.304,10 cada, já tendo sido paga a primeira, e vencendo-se as demais em 29.1.95 e 28.2.95.

O restante, no valor de **R\$ 5.520.034,44**, seria pago em lotes em Samambaia e Sobradinho (**doc. 23**).

Vale ressaltar que durante a gestão do Sr. José Roberto Bassul como Presidente da Terracap (1995/98) não foram desapropriadas terras no Distrito Federal.

Verifica-se, assim, que os quatro processos até então analisados revelam fortes indícios da ocorrência de irregularidades na desapropriação de imóveis, em decorrência de eventual superfaturamento na avaliação e pagamento mediante dação de lotes subavaliados em área nobres do Distrito Federal, que, se confirmados, representam graves prejuízos ao erário.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 372
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

3.5 - Decretos nº 20.251, de 19 de maio de 1999, que 'Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os direitos de arrendamento ou concessão de uso incidente sobre imóvel que menciona e as benfeitorias, em sentido lato, nele existente' e nº 20.459, de 29 de julho 1999, que 1Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os direitos de arrendamento ou concessão de uso incidentes sobre os imóveis que menciona e as benfeitorias, em sentido lato, neles existentes'.

O Decreto nº 20.251, de 19 de maio de 1999, no seu art. 3º dispõe que 'cabará à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, na forma do artigo 3º, VI, da Lei nº 5.861/72, promover com recursos próprios a desapropriação de que trata o presente Decreto' **(doc. 24)**.

O imóvel em referência, também de propriedade da Só Frango Alimentos Ltda, tem 44,1171 hectares e está localizado na Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma.

O Decreto seguinte, de nº 20.459/99 **(doc. 25)**, se refere à desapropriação das Chácaras nº 02 a 10, de 14 a 29 e 31, 32, 33, sendo todas localizadas na Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma.

Nesse particular, vale analisar o relatório da Procuradoria Jurídica da Fundação Zoobotânica, datado de 12/06/97 e assinado por Nadya Diniz Fontes, Chefe da Procuradoria Jurídica, relativo à Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma, com as ocupações detectadas e a conclusão de que as mesmas são indevidas **(doc. 26)**.

Também deve ser analisado o pleito da OK - Óleos Vegetais Indústria e Comércio Ltda. contra o Distrito Federal (Processo nº 21.448-8/99) que tramita perante a 1ª Vara da Fazenda pública da Justiça do Distrito Federal sobre a questão **(doc. 27)**. No referido feito, os arrendatários dos direitos de imóveis situados na Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma cederam seus direitos a Lino Martins, padrastrô do Ex-Senador Luiz Estevão e Diretor-Presidente do Grupo OK. Não obstante, houve casos em que o arrendatário desistiu e somente depois cedeu os 'direitos'. Verifica-se, assim, que as datas de cessão e de desistência em muitas das vezes não se mostram compatíveis. Afinal, ninguém poderia ceder aquilo do qual já havia antes desistido ou, mesmo, que deveria saber estar desistindo, máxime por serem terras públicas.

A Decisão nº 8639/98 do Tribunal de Contas do Distrito Federal também cuida da matéria **(doc. 28)**.

4 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Genericamente a improbidade administrativa é toda ação ou modalidade de atuação desonesta que objetiva, conforme o caso, por parte de seu agente, enriquecimento ilícito ou sem justa causa, locupletamento a custa de toda uma sociedade ou vantagem, para si ou para outrem, obtida mediante lesão ao patrimônio público, isto é, com efetivo prejuízo ao erário, dando ensejo a medidas judiciais que assegurem a restituição da coisa alheia, a devolução da vantagem indevidamente recebida e a indenização decorrente do prejuízo causado.

São atitudes indignas do servidor que se traduzem no aproveitamento de descuidos, na burla à confiança de colegas e superiores hierárquicos, na exploração da ingenuidade alheia, na prática de procedimento fraudulento, na exploração do prestígio da

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 373
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

posição que ocupa no serviço público, para lograr proveito indevido, de qualquer natureza, ou satisfazer interesses escusos, próprios ou de terceiros.

O dever de probidade está, assim, constitucionalmente integrado na conduta do servidor, como elemento necessário e indispensável à legitimidade de sua atuação funcional.

'O dever de probidade está constitucionalmente integrado na conduta do administrador público, como elemento necessário à legitimidade de seus atos' (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo, p. 91).

Busca-se, assim, evitar a conduta guiada pela má-fé, pela malícia, pela maquinação do engano, pelo disfarce da fraude.

O administrador público tem de agir, tomando as medidas que lhe cabem.

Se se omitir, estará sujeito às punições de ordem administrativa (as previstas na Lei nº 8.112/90), penal (as previstas na lei criminal), a exemplo das instituídas nos artigos 316 (conculção) e 319 (prevaricação) do Código Penal, e civil (as previstas na Lei nº 8.429/92).

O chefe do Poder Executivo distrital também está sujeito às punições por crimes de responsabilidade, nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que dispõe sobre essas infrações quando cometidas pelo Governador do Distrito Federal. Ademais, se de sua omissão ou ação intempestiva advier dano à Administração Pública ou ao particular, cabe-lhe a obrigação de indenizar.

Ademais, o parágrafo 4º, do artigo 37, da Constituição Federal, estabelece que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, define as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para os efeitos da Lei nº 8429/92, reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas acima.

As disposições da referida Lei também são aplicáveis àquele que mesmo não sendo agente público, induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficia sob qualquer forma direta ou indireta.

Os atos de improbidade administrativa definidos nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92, acarretam a imposição de sanções previstas no artigo 12 do mesmo diploma legal, às quais são aplicadas independentemente das sanções penais, civis e administrativas.

As sanções previstas na Lei nº 8.429/92 não têm natureza penal, revelando-se de suma gravidade, não obstante, pois importam em perda de bens e de função pública, ressarcimento integral dano, pagamento de multa e suspensão de direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, proibição de contratar com o Poder Público ou

Ministério Público GAB. PROCURADORA CLÁUDIA FERNANDA Fl. n.º 374 Proc. n. 5749/96 Rubrica: <i>Patrícia</i>
--

receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ainda que por intermédio de pessoa jurídica, todos aplicados no âmbito de uma ação civil.

A sentença que julgar procedente a pedido da ação civil de reparação do dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

A autoridade judicial poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução.

5 - DO PEDIDO

Ante o exposto, é a presente para requerer ao Corregedor-Geral da União no exercício da sua competência e consoante o disposto no art. 6º e art. 14 da Medida Provisória nº 2.143 de 2 de maio de 2001, 'caput' do artigo 37, combinado com § 4º do art. 37 da Constituição Federal, inciso II do art. 16 e inciso XVI do art. 60, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei nº 5.861/72, Lei nº 8.112/90, Lei nº 8429/92:

- a) decidir, preliminarmente, sobre as representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;
- b) instaurar os procedimentos e processos administrativos a seu cargo, constituindo as respectivas comissões, bem assim requisitar a instauração daqueles que venham sendo injustificadamente retardados pela autoridade responsável;
- c) acompanhar procedimentos e processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal;
- d) realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso na Administração Pública Federal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou correção de falhas;
- e) efetivar, ou promover a declaração de nulidade de procedimentos administrativos já arquivados por autoridade da Administração Pública;
- f) requisitar, a órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou, quando for o caso, propor ao Presidente da República que sejam solicitadas as informações e os documentos necessários a trabalhos da Corregedoria-Geral da União;
- g) propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades constatadas;

A relevância dos fatos anteriormente noticiados requer, ainda, que esta denúncia seja classificada como urgente e, nesta qualidade, goze, inclusive, de tramitação especial."

36. Além disso, outros processos ficaram aguardando o desenrolar da presente TCE, ocasionando retardamento em todos eles.

Ministério Público
GAB. PROCURADORA
CLÁUDIA FERNANDA
Fl. n.º 375
Proc. n. 5749/96
Rubrica: *Patrícia*

37. Outros órgãos, dentro de suas competências, também estão atuando na apuração de possíveis irregularidades cometidas pelos administradores da TERRACAP, tendo em vista as solicitações de informações feitas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pela Controladoria-Geral da União.

38. Este *parquet*, após esses considerandos e com o adendo do parágrafo 21 desta peça, acolhe a sugestão ora apresentada pela 3ª Inspetoria, sem prejuízo de opinar no sentido de se determinar à jurisdicionada que forneça os nomes dos responsáveis pelo significativo atraso na remessa da TCE em questão, com vistas à eventual aplicação de multa, o que, inclusive, já foi objeto da Decisão nº 2108/98, de 14/04/98.

É o parecer.

Brasília-DF, 24 de julho de 2002.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do Ministério Público junto ao TCDF